

TRANSPETRO

PETROBRAS TRANSPORTE S.A

**PROFISSIONAL TRANSPETRO DE
NÍVEL MÉDIO - JÚNIOR - ENFÂSE:
CONTABILIDADE**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Maxi
educa



Transpetro

*Profissional Transpetro de Nível Médio - Júnior -
Ênfase: Contabilidade*

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão de textos de gêneros variados.....	1
Ortografia oficial	6
Mecanismos de coesão textual	14
Emprego das classes de palavras.....	18
Concordância nominal e verbal	31
Emprego do sinal indicativo de crase	38
Sinais de pontuação	42
Significação das palavras.....	46
QUESTÕES.....	51
GABARITO	64

MATEMÁTICA

Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais; ordem, operações e suas propriedades.....	1
Razão e proporção: regra de três simples e regra de três composta; porcentagem ...	10
Relações, funções: funções polinomiais, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas	16
Equações: equações do 1º grau, do 2º grau, exponenciais e logarítmicas	35
Análise combinatória: princípio fundamental da contagem; permutação; arranjo e combinação	46
Probabilidade básica: probabilidade em espaços equiprováveis	49
Estatística básica: representação tabular e gráfica; medidas de tendência central (média, mediana, moda); medidas de dispersão (amplitude, variância, desvio padrão)	51
Matemática financeira: juros simples e juros compostos (cálculo do montante, do tempo, da taxa e do juro).....	57
Geometria plana: relações métricas no triângulo retângulo; perímetros e áreas.....	60
Geometria espacial: áreas e volumes	70
Questões	75
Gabarito.....	81

SUMÁRIO



CONTABILIDADE GERAL

Registros contábeis	1
Método das Partidas Dobradas	2
Regime de Competência e Regime de Caixa	2
Critérios de avaliação do Ativo e do Passivo	7
Provisões	15
Ativos e passivos circulantes e não circulantes	17
O Patrimônio Líquido. Capital subscrito e integralizado. Reservas de Capital. Reservas de Lucro. Lucros ou Prejuízos Acumulados	25
Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.	33
Apuração de resultados	40
Contas Patrimoniais e Contas de Resultado	48
Operações contábeis comuns às empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços	55
Principais Demonstrações Contábeis e suas finalidades	63
Dividendos obrigatórios	72
Avaliação de Investimentos pelo método da Equivalência Patrimonial e pelo método do Custo	80
Critérios de Avaliação de Estoques	86
Ativo Imobilizado (custo de aquisição, baixas e depreciações)	91
Ativo Intangível (Custo de aquisição, baixas e amortizações)	95
Contingências ativas e passivas	124
Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis	130
Análise econômico-financeira. Indicadores de liquidez. Indicadores de rentabilidade. Indicadores de lucratividade. Indicadores de endividamento	138
Indicadores de estrutura de capitais	174
Análise vertical e horizontal	182
QUESTÕES	186
GABARITO	191

NOÇÕES DE TRIBUTOS

Estequiometria	1
Conhecimentos básicos	1
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro (base de cálculo, adições e exclusões, alíquota)	2
Livros obrigatórios e facultativos no âmbito das legislações do Imposto de Renda/ Contribuição Social, do ICMS, do IPI e do ISS	6
Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023	10



Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025	36
Questões	263
GABARITO	270

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED CONTÁBIL E FISCAL

Estequiometria.....	1
Legislação aplicável; Objetivos; Implicações; Pessoas jurídicas obrigadas; Usuários das Informações; Livros abrangidos; Plano de Contas Referencial; Prazos	1
Escrituração contábil digital (ECD).....	6
Questões	13
GABARITO	20

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Terminologia e Classificação de custos.....	1
Custos para avaliação de estoques	8
Tipos de custeio: absorção, custeio direto e custeio baseado em atividades - ABC; Custos Fixos e Variáveis e Custos Diretos e Indiretos; Custeio por ordem e por processo. Custos da produção conjunta	15
Departamentalização.....	22
Registros contábeis das operações de formação do Custo dos Produtos Fabricados; Produção Acabada; Produção Semiacabada; do Custo dos Produtos Vendidos; das Receitas Operacionais e Extraordinárias	29
Margem de contribuição; Margem de segurança (por unidades e percentual).....	33
Questões	37
GABARITO	43

NOÇÕES DE AUDITORIA

Origem, Evolução e Desenvolvimento da Auditoria	1
Auditoria Interna e Externa: Funções e Diferenças.....	5
Controle Interno.....	9
Testes, técnicas e procedimentos de auditoria; Evidência de auditoria; Documentação de auditoria (papel de trabalho).....	12
Relatórios de Auditoria	17
Questões	26
Gabarito.....	33



Conhecimentos Específicos

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem.

Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos o conjunto infinito dos números naturais

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6 \dots\}$$

Todo número natural dado tem um sucessor

- a) O sucessor de 0 é 1.
- b) O sucessor de 1000 é 1001.
- c) O sucessor de 19 é 20.

Usamos o * para indicar o conjunto sem o zero.

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6 \dots\}$$

- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

- a) O antecessor do número m é $m-1$.
- b) O antecessor de 2 é 1.
- c) O antecessor de 56 é 55.
- d) O antecessor de 10 é 9.

Expressões Numéricas

Nas expressões numéricas aparecem adições, subtrações, multiplicações e divisões. Todas as operações podem acontecer em uma única expressão. Para resolver as expressões numéricas utilizamos alguns procedimentos:

Se, em uma expressão numérica, aparecerem as quatro operações, devemos resolver a multiplicação ou a divisão primeiramente, na ordem em que elas aparecerem e somente depois a adição e a subtração, também na ordem em que aparecerem e os parênteses são resolvidos primeiro.

Exemplo 1

$$10 + 12 - 6 + 7$$

$$22 - 6 + 7$$

$$16 + 7$$

$$23$$



► Registros Contábeis

A Entidade deve manter um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos que atendam às normas contábeis vigentes.

► Documentação

A base dos registros contábeis é a documentação (notas fiscais, recibos, cópias de cheques, etc.).

Os documentos não devem apresentar nenhuma rasura e, caso sofram algum dano que dificulte a identificação de seu conteúdo eles deverão ser reconstituídos ou substituídos, na impossibilidade de reconstituição.

A data de emissão do documento, geralmente, determina a data do registro contábil, por isso a importância de que o fluxo de papéis dentro da empresa seja adequado.

Mas existem documentos, como as notas fiscais de entrada de mercadorias, que são contabilizados na data da entrada no estabelecimento, e não na data de emissão do documento.

► Escrituração Contábil em Formato Digital

O Comunicado Técnico CTG 2001 estabelece critérios e procedimentos para a escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Detalhes do Registro

A escrituração em forma contábil deve conter, no mínimo:

- (a) data do registro contábil, ou seja, a data em que o fato contábil ocorreu;
- (b) conta devedora;
- (c) conta credora;
- (d) histórico que represente a essência econômica da transação ou o código de histórico padronizado, neste caso baseado em tabela auxiliar inclusa em livro próprio;
- (e) valor do registro contábil;
- (f) informação que permita identificar, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil.

O registro contábil deve conter o número de identificação do lançamento relacionado ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem os fatos patrimoniais.

Na escrituração contábil em forma eletrônica, o lançamento contábil deve ser efetuado com:

- a) um registro a débito e um registro a crédito, ou;
- b) um registro a débito e vários registros a crédito, ou;
- c) vários registros a débito e um registro a crédito, ou;
- d) vários registros a débito e vários registros a crédito.



Noções de Tributos

► Conceito

A primeira palavra utilizada para a descrição de tributo, foi “prestação”, haja vista que toda obrigação jurídica tem por objeto uma prestação, seja ela de dar, de fazer, de não fazer, etc. Logo, vê-se que o tributo tem natureza jurídica obrigacional.

O tributo possui conceito legal expresso no art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN):

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

O tributo compõe-se de cinco elementos essenciais, quais sejam:

1 O tributo é prestação pecuniária, em moeda, ou cujo valor que nela se possa exprimir, ou seja, o tributo é uma obrigação mensurável economicamente, que deve ser cumprida, em regra, em dinheiro, na moeda corrente no País, o que exclui o pagamento do tributo por meio do recebimento de coisas ou através da prestação de serviços.

A exceção para este elemento é a dação em pagamento, prevista no art. 156, IX, CTN. Por esse instituto é possível que o devedor entregue para a Fazenda Pública um bem imóvel a fim de extinguir o crédito tributário.

2 O tributo é uma prestação compulsória, ou seja, na relação jurídico-tributária, diferentemente da relação contratual cível, não cabe manifestação de vontade das partes. Assim, a prestação é obrigatória porque decorre da vontade da lei, não cabendo disposição de vontade das partes.

O sujeito deve cumprir com a obrigação tributária não porque quer, mas porque realizou o fato gerador e, portanto, incidiu em hipótese que a lei determina o cumprimento de obrigação, qual seja, o pagamento.

3 O tributo não deve constituir sanção de ato ilícito e essa característica deve ser analisada sob dois ângulos:

I- Tributo não é sanção, não é penalidade, não é castigo, logo, ele não é instituído para punir o cidadão, ao contrário, o instrumento sancionatório é a multa.

II- Não se pode tributar ato ilícito, ou seja, não se pode ter por fato gerador de um tributo um ato ilícito. Isso não significa que a renda e os bens que são obtidos por meios ilícitos não estejam sujeitos à tributação.

4 Todo tributo é uma prestação instituída em lei, em decorrência do princípio da legalidade e do princípio democrático. Logo, somente a lei pode criar um tributo.

De acordo com o princípio da legalidade previsto no art. 5º, II, da Constituição Federal, somente a lei pode obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Ora, se o tributo implica em obrigação, ele somente pode ser instituído mediante lei.

5 Deve o tributo ser cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada, o que significa que o agente público não exerce nenhum juízo de discricionariedade no que reporta à cobrança. Não se pode escolher entre cobrar ou não o tributo, ao contrário, deve-se total obediência à lei e se é a lei quem determina a cobrança, o agente obedece.



FUNDAMENTOS DO SPED: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, OBJETIVOS E IMPLICAÇÕES

► Contexto normativo e legislação aplicável

Instituição pelo Decreto nº 6.022/2007

O Sistema Público de Escrituração Digital foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, como instrumento que unifica, em meio digital, as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que compõem a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias. O decreto define o SPED como um sistema informatizado que substitui a emissão e a guarda de livros e documentos em papel por sua transmissão eletrônica, com validade jurídica assegurada por certificação digital. Ele delega à Receita Federal a coordenação do sistema e prevê a atuação conjunta com órgãos convenientes, entre eles as secretarias de fazenda estaduais e distrital, mediante protocolos de cooperação técnica.

Normas complementares

O arcabouço normativo do SPED não se esgota no decreto instituidor, pois cada módulo é regulamentado por atos específicos que disciplinam leiaute, periodicidade e obrigados. A escrituração contábil digital é tratada em instruções normativas da Receita Federal que fixam os leiautes conforme as normas contábeis vigentes, inclusive as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela convergência às normas internacionais de contabilidade. Os módulos fiscais estaduais decorrem de ajustes SINIEF e de protocolos firmados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, que uniformizam a exigência da escrituração fiscal digital entre os entes federados. Também compõem esse arcabouço atos da Receita Federal relativos à Escrituração Contábil Fiscal, à EFD-Contribuições e à e-Financeira, cada qual com regulamento próprio que se articula ao decreto geral.

► Objetivos do sistema

Integração entre fisco e contribuinte

Um dos objetivos centrais do SPED é promover a integração dos fiscos federal, estaduais e municipais, mediante a padronização e o compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais de sigilo. Essa integração reduz a necessidade de prestação repetida da mesma informação a diferentes esferas de governo, uma vez que os dados transmitidos alimentam bases compartilhadas conforme os convênios de cooperação vigentes.

Racionalização das obrigações acessórias

O sistema busca racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações de diferentes órgãos fiscalizadores. Isso implica a substituição de múltiplos livros e declarações em papel, antes exigidos separadamente por cada esfera de governo, por arquivos digitais padronizados em leiaute nacional.

Aperfeiçoamento do controle fiscal

Também se destaca o objetivo de tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com melhoria do controle dos processos, aumento da eficiência e da qualidade da fiscalização, mediante o intercâmbio de informações entre as administrações tributárias e o cruzamento eletrônico de dados contábeis, fiscais e financeiros.



Contabilidade de Custos

A Contabilidade de Custos é o ramo da Contabilidade dedicado à identificação, mensuração, registro, acumulação e análise dos custos relacionados à produção de bens e à prestação de serviços. Seu desenvolvimento esteve historicamente associado às empresas industriais, mas suas técnicas são igualmente aplicáveis a empresas comerciais, hospitais, instituições de ensino, empresas de tecnologia e organizações prestadoras de serviços.

A informação de custos atende diferentes finalidades. Pode ser utilizada para mensuração de estoques, determinação do resultado contábil, formação de preços, controle de gastos, avaliação de eficiência, planejamento e tomada de decisões.

Relação com outras áreas contábeis

A Contabilidade Financeira concentra-se na produção de demonstrações destinadas principalmente a usuários internos e externos, seguindo normas contábeis. A Contabilidade Gerencial utiliza informações financeiras e não financeiras para auxiliar administradores em planejamento, controle e decisão.

A Contabilidade de Custos estabelece uma ponte entre essas duas perspectivas. Seus dados podem atender tanto à mensuração contábil dos estoques quanto às necessidades internas de gestão.

► Objeto de custeio

Elemento cuja mensuração se deseja conhecer

Objeto de custeio é qualquer elemento para o qual se deseja determinar um custo. Pode ser um produto, serviço, cliente, contrato, departamento, projeto, processo produtivo ou atividade.

A classificação de determinado custo depende frequentemente do objeto escolhido. Um gasto pode ser diretamente identificável com um departamento, mas indireto em relação aos diferentes produtos fabricados nesse mesmo departamento.

► Terminologia fundamental

Gasto

Gasto é o sacrifício financeiro realizado para obtenção de um bem ou serviço. Representa conceito amplo, que surge quando a entidade assume a obrigação econômica relacionada à aquisição de recursos.

A compra de matéria-prima, a aquisição de uma máquina e a contratação de energia elétrica são exemplos de gastos, embora posteriormente possam receber classificações diferentes.

Desembolso

Desembolso corresponde ao pagamento do gasto. O momento do desembolso não precisa coincidir com o momento em que o gasto é reconhecido.

Uma matéria-prima comprada a prazo gera gasto no momento da aquisição e desembolso apenas quando a dívida é paga.

Investimento

Investimento é o gasto ativado em função de sua vida útil ou da expectativa de benefícios econômicos futuros. Enquanto o recurso permanece no patrimônio da entidade aguardando utilização ou consumo, não é tratado imediatamente como despesa.



ORIGEM HISTÓRICA E FUNDAMENTOS DA AUDITORIA

► Necessidade de controle e verificação nas organizações

A auditoria surgiu da necessidade de conferir confiabilidade a registros, informações e prestações de contas produzidos por pessoas responsáveis pela administração de bens, recursos e atividades econômicas. Sempre que existe separação entre quem possui determinado patrimônio, quem o administra e quem recebe informações sobre essa administração, forma-se uma necessidade de verificação. Essa necessidade está na base histórica da auditoria, pois a simples produção de registros não garante, por si só, sua exatidão, integridade ou correspondência com os fatos efetivamente ocorridos.

Nas formas mais antigas de organização econômica, a verificação assumia caráter elementar. O controle de estoques, tributos, recebimentos, pagamentos e bens exigia algum tipo de conferência por pessoa distinta daquela que havia realizado ou registrado a operação. A essência desse procedimento já apresentava características que posteriormente se tornariam próprias da atividade de auditoria: existência de um objeto a ser examinado, comparação com critérios ou registros, obtenção de evidências e emissão de uma conclusão para alguém interessado na confiabilidade da informação.

Com o desenvolvimento das atividades comerciais, o aumento do volume de transações tornou os mecanismos informais de controle insuficientes. A expansão patrimonial, o surgimento de sociedades mais complexas e a multiplicação de registros contábeis ampliaram a distância entre proprietários e administradores. A necessidade de examinar a atuação de terceiros e verificar a consistência das informações econômicas passou a exigir procedimentos mais estruturados.

► Relação histórica com a contabilidade

A trajetória da auditoria está fortemente associada à evolução da contabilidade. Os registros contábeis tornaram-se instrumentos essenciais para demonstrar a posição patrimonial e os resultados das organizações. Quanto maior a importância atribuída a esses registros, maior se tornou a necessidade de verificar sua qualidade.

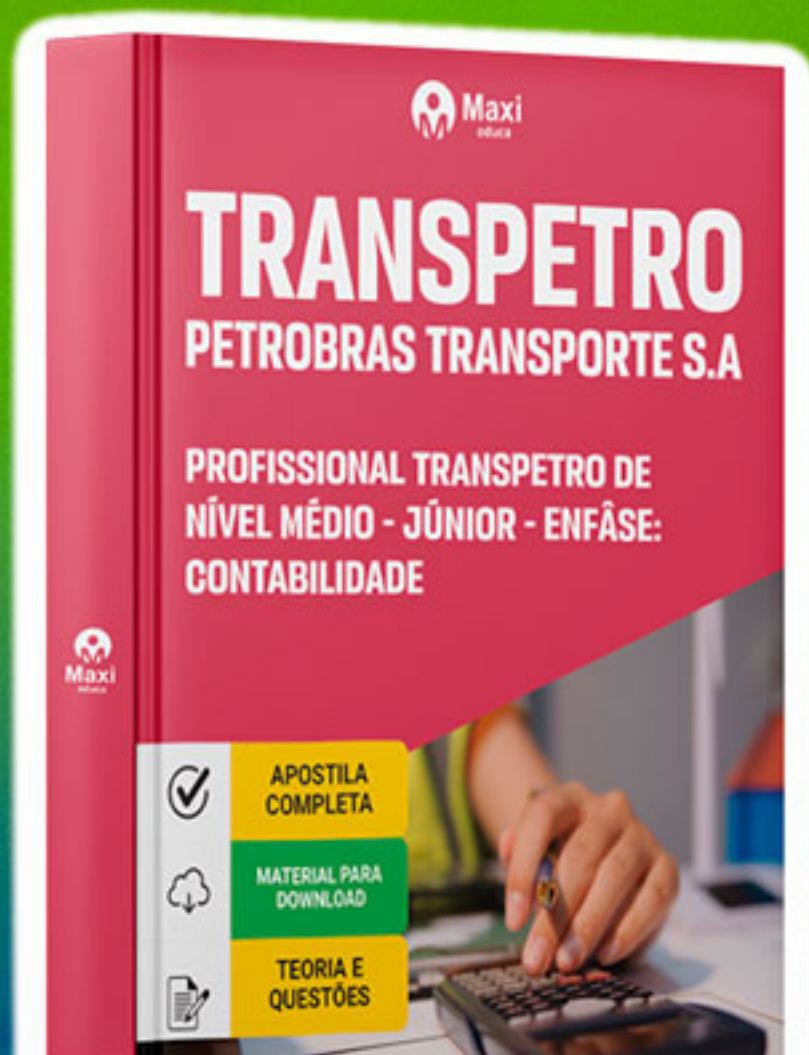
A auditoria desenvolveu-se inicialmente como atividade de conferência e validação dos registros contábeis. O foco era, em grande medida, identificar erros, omissões e desvios que pudessem comprometer a confiança nas informações. Com o tempo, a simples conferência documental mostrou-se insuficiente diante da crescente complexidade das organizações.

Alguns fatores históricos contribuíram para ampliar a necessidade de auditoria:

- O crescimento das atividades comerciais e da circulação de recursos entre diferentes agentes econômicos.
- A separação progressiva entre propriedade do capital e administração dos negócios.
- A ampliação da quantidade e da complexidade dos registros contábeis.
- A necessidade de prestação de contas a proprietários, investidores, credores e outros interessados.
- O aumento da importância da informação financeira como elemento de decisão e controle.

Da conferência direta ao exame sistemático

A passagem de uma verificação simples para uma auditoria organizada ocorreu quando o exame passou a obedecer a critérios mais definidos. A atividade deixou de depender exclusivamente da conferência integral de documentos e começou a incorporar planejamento, avaliação de riscos, seleção de procedimentos e formação de conclusões fundamentadas em evidências.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!